



Sistema de Contas Regionais: Brasil 2020

SCR

 ISBN 978-85-240-4550-9
 © IBGE, 2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve um programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidades da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais - SCR do Brasil é uniforme, por Unidades da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O SCR, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto e do total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do SCR 2020, com comparações em relação a 2019 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série¹.

PIB Variação em volume

Brasil
-3,3%

Maior resultado
Mato Grosso do Sul
0,2%

15 Unidades da Federação com variações médias superiores à do Brasil

- 2,2%
correspondendo
a 47,7% do PIB



Menor resultado
Rio Grande do Sul
-7,2%

12 Unidades da Federação com variações médias inferiores à do Brasil

-4,2%
correspondendo
a 52,3% do PIB

PIB per capita

2020



Maior
Distrito Federal
R\$ 87 016,16



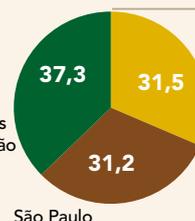
Menor
Maranhão
R\$ 15 027,69

Nota: População residente estimada para 1ª de julho de 2020 segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)
2020

Outras 22 Unidades da Federação



São Paulo

Rio de Janeiro **9,9**
Minas Gerais **9,0**
Paraná **6,4**
Rio Grande do Sul **6,2**



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o SCR encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=0-que-e>.

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

O PIB do Brasil foi estimado em 7,6 trilhões em 2020 e apresentou, especialmente por conta dos efeitos da pandemia de COVID-19 na economia, redução em volume de 3,3% na comparação com o ano anterior. A queda observada em 2020 representou a interrupção de um ciclo de três anos com crescimento em volume do PIB. Em relação aos componentes do PIB pela ótica da produção, o valor adicionado bruto apresentou variação de -3,2% e os impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos, de -3,8%.

Entre as 27 Unidades da Federação, 24 delas registraram queda em volume do PIB, enquanto Mato Grosso manteve estabilidade, Mato Grosso do Sul e Roraima apresentaram variações positivas, de 0,2% e 0,1%, respectivamente.

Entre os três grandes grupos de atividades, a *Agropecuária* foi a única com crescimento, com taxa de 4,2%. *Indústria* (-3,0%) e *Serviços* (-3,7%) registraram variação em volume negativa.

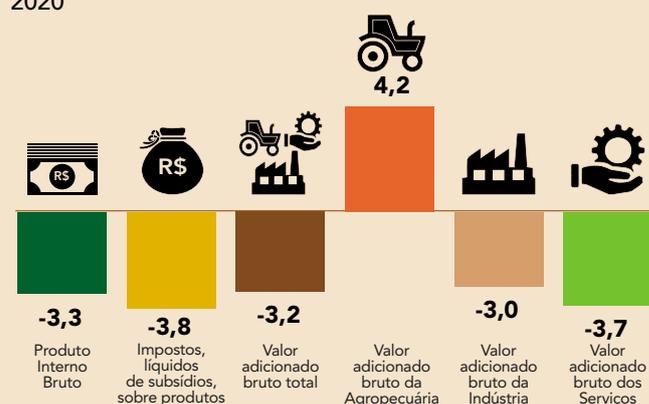
Na *Agropecuária*, o desempenho esteve vinculado à *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, que cresceu 5,9% em relação a 2019, devido sobretudo ao aumento das produções de soja, milho e café. A atividade de *Pecuária, inclusive apoio à pecuária* registrou crescimento em volume de 1,0%, devido à criação de bovinos, suínos e de aves. Por sua vez, em *Produção florestal, pesca e aquicultura*, o resultado apontou estabilidade, visto que o aumento em volume verificado em algumas Unidades da Federação, como Minas Gerais e Paraná, foi compensado pela queda em outros, como Rondônia e Tocantins.

A *Indústria* apresentou queda em volume de 3,0%, entre 2019 e 2020, em que pesaram as retrações nas atividades de *Indústrias de transformação; Construção; e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*. Nas *Indústrias de transformação*, que registrou a maior queda em volume desse grupo (-4,7%), o decréscimo distribuiu-se entre os segmentos de fabricação de peças e acessórios para veículos automotores; fabricação de veículos automotores; confecção de artigos de vestuário e acessórios; metalurgia; e fabricação de máquinas e equipamentos. A *Construção*, por sua vez, apresentou queda de 2,1%, e *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* retraiu 1,0%. Por outro lado, em *Indústrias extrativas*, houve aumento em volume de 0,9%, devido à extração de petróleo e gás.

Serviços foi o grupo que mais influenciou o desempenho do PIB nacional em 2020, com retração de 3,7%, em relação a 2019. As maiores quedas, em termos percentuais, foram verificadas nas atividades de *Alojamento e alimentação* (-27,0%); *Serviços domésticos* (-23,3%); *Transporte, armazenagem e correio* (-12,7%); *Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços* (-12,3%). Em todas essas atividades, a redução em volume justificou-se pelas restrições de circulação decorrentes da pandemia do novo coronavírus. Ainda entre os *Serviços*, destaca-se que, as únicas atividades a apresentarem crescimento em 2020 foram *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, com aumento de 3,3%, *Informação e comunicação*, que cresceu 2,1% e *Atividades Imobiliárias*, cuja variação foi de 1,7%.

Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%)

2020



Variação em volume do PIB (%)

2019-2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No âmbito regional, todas as cinco Grandes Regiões registraram redução em volume. A Região Centro-Oeste foi a com menor queda em volume (-1,3%), por influência do Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou variação positiva de 0,2%, de Mato Grosso, que se manteve estável, e Goiás e Distrito Federal, que apesar de registrarem queda, de 1,3% e 2,6%, respectivamente, verificaram variação em volume superior à média nacional. Enquanto isso, a Região Sul obteve a maior queda em volume do PIB, entre 2019 e 2020, devido principalmente ao desempenho do Rio Grande do Sul, cuja variação foi de -7,2%.

Na Região Sudeste, o volume do PIB foi igual ao nacional (-3,3%), com retração mais acentuada no Espírito Santo (-4,4%), seguida por São Paulo (-3,5%), Minas Gerais (-3,0%) e Rio de Janeiro (-2,9%). Na Região Norte, com desempenho de -1,6% no volume

do PIB, os dois Estados de maior participação registraram variação superior à média nacional, Pará (-0,2%) e Amazonas (-1,7%), e Roraima apresentou variação positiva (0,1%). Na Região Nordeste, por sua vez, Maranhão e Sergipe foram as duas únicas Unidades da Federação com variação do PIB superior à do Brasil, com -1,9% e -1,0%, respectivamente, e o desempenho da Região foi de -4,1%; atrás apenas da Região Sul (-4,2%).

Entre as 27 Unidades da Federação, as maiores quedas em volume ocorreram no Rio Grande do Sul (-7,2%), Ceará (-5,7%), Rio Grande do Norte (-5,0%), Espírito Santo (-4,4%), Rondônia (-4,4%) e Bahia (-4,4%). No Rio Grande do Sul, o resultado foi motivado em grande medida pela Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, cuja produção foi impactada pela estiagem em 2020, e pelas Indústrias de transformação, devido ao segmento de preparação de couros.

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

2020

Unidades da Federação	PIB					Variação em volume do Valor Adicionado Bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação ano anterior (%)	Participação ano corrente (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Mato Grosso do Sul	122 628	1,4	1,6	1ª	0,2	0,3	14,6	0,0	-3,6
Roraima	16 024	0,2	0,2	2ª	0,1	0,6	11,0	2,5	-0,3
Mato Grosso	178 650	1,9	2,3	3ª	0,0	0,1	11,1	-4,5	-2,5
Pará	215 936	2,4	2,8	4ª	-0,2	-0,1	5,8	1,2	-1,9
Sergipe	45 410	0,6	0,6	5ª	-1,0	-0,8	9,2	13,5	-5,3
Goiás	224 126	2,8	2,9	6ª	-1,3	-1,2	9,9	0,4	-3,5
Amazonas	116 019	1,5	1,5	7ª	-1,7	-1,9	-0,2	0,7	-3,7
Maranhão	106 916	1,3	1,4	8ª	-1,9	-2,1	8,1	-0,8	-3,7
Paraná	487 931	6,3	6,4	9ª	-2,0	-1,8	20,4	-3,8	-3,9
Distrito Federal	265 847	3,7	3,5	10ª	-2,6	-2,6	19,8	-0,8	-2,8
Santa Catarina	349 275	4,4	4,6	11ª	-2,9	-2,6	1,8	-5,6	-1,7
Rio de Janeiro	753 824	10,6	9,9	12ª	-2,9	-2,6	6,8	3,8	-4,8
Tocantins	43 650	0,5	0,6	13ª	-2,9	-2,9	1,4	-1,3	-4,0
Minas Gerais	682 786	8,8	9,0	14ª	-3,0	-3,1	10,0	-4,8	-3,3
Amapá	18 469	0,2	0,2	15ª	-3,3	-3,3	1,2	-5,5	-3,1
15 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	3 627 490	46,7	47,7		-2,2	-2,1	10,9	-1,2	-3,5
Brasil	7 609 597				-3,3	-3,2	4,2	-3,0	-3,7
12 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	3 982 107	53,3	52,3		-4,2	-4,2	-5,0	-4,8	-3,9
São Paulo	2 377 639	31,8	31,2	16ª	-3,5	-3,3	1,9	-5,0	-3,0
Piauí	56 391	0,7	0,7	17ª	-3,5	-3,6	10,8	-3,4	-5,1
Paraíba	70 292	0,9	0,9	18ª	-4,0	-4,2	8,7	-4,6	-4,7
Pernambuco	193 307	2,7	2,5	19ª	-4,1	-4,1	5,3	-0,7	-5,5
Acre	16 476	0,2	0,2	20ª	-4,2	-4,5	-17,4	-7,3	-3,1
Alagoas	63 202	0,8	0,8	21ª	-4,2	-4,3	1,1	-4,2	-5,7
Bahia	305 321	4,0	4,0	22ª	-4,4	-4,3	10,5	-0,4	-6,9
Rondônia	51 599	0,6	0,7	23ª	-4,4	-4,2	-5,9	-5,5	-3,5
Espírito Santo	138 446	1,9	1,8	24ª	-4,4	-4,5	0,2	-9,5	-2,9
Rio Grande do Norte	71 577	1,0	0,9	25ª	-5,0	-4,8	2,6	-1,9	-5,9
Ceará	166 915	2,2	2,2	26ª	-5,7	-5,4	13,7	-9,5	-5,8
Rio Grande do Sul	470 942	6,5	6,2	27ª	-7,2	-7,3	-29,6	-6,1	-5,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No Ceará e Rio Grande do Norte, atestou-se maior influência da redução nos *Serviços* em função de *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*. Entretanto, no Espírito Santo, houve queda acentuada em *Indústrias extrativas*, devido à extração de minério de ferro, segmento de destaque na economia do Estado, que ainda não se recuperou dos efeitos do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, em 2019. Em Rondônia e Bahia, destacaram-se novamente as retrações em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, com influência também de *Produção florestal, pesca e aquicultura* em Rondônia, e de *Alojamento e alimentação* na Bahia.

Entre as Unidades da Federação com maiores variações em volume do PIB, as que ocuparam as três primeiras posições (Mato Grosso do Sul, Roraima e Mato Grosso) apresentaram desempenho vinculado à atividade de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, devido principalmente ao cultivo de soja. Em Mato Grosso do Sul, cuja variação foi de 0,2%, também se destacou *Indústrias de transformação*, devido aos segmentos de fabricação de álcool e de fabricação de celulose, papel e produtos de papel. Em Roraima, com 0,1%, foi influenciado também pelas *Atividades Imobiliárias*. No Estado de Mato Grosso, que apresentou estabilidade, a *Agropecuária* foi o único, entre os três grupos de atividades, com crescimento em volume, apesar de algumas atividades de *Serviços* destacarem-se com variação positiva, como *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares*.

Evolução das participações no PIB entre 2019 e 2020

Em termos de participação no PIB, entre 2019 e 2020, houve aumento percentual na Região Norte, 0,6 ponto percentual (p.p.), e na Região Centro-Oeste de 0,5 p.p.; e redução na Região Sudeste de 1,1 p.p., enquanto as Regiões Nordeste (14,2 p.p.) e Sul (17,2 p.p.) mantiveram suas participações. Na Região Norte, o ganho relativo foi influenciado principalmente pelo Estado do Pará, com acréscimo de 0,4 p.p., que registrou aumento de volume e de preço nas *Indústrias extrativas* devido à extração de minério de ferro. Ainda na Região Norte, os Estados de Rondônia e Tocantins também elevaram suas participações.

Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso destacou-se com avanço percentual de 0,4 p.p., motivado pela *Agropecuária*, em que, além do desempenho da produção agrícola, houve aumento de preços da soja e dos cereais. Mato Grosso do Sul e Goiás avançaram 0,2 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente, e, assim como Mato Grosso, registraram crescimento em volume e aumento de preços na *Agropecuária*.

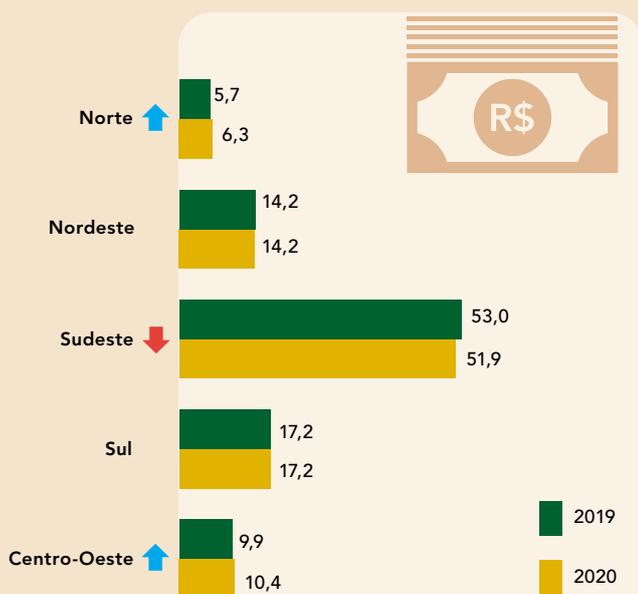
Em Goiás, também se destacou a atividade de *Indústrias de transformação*, em função da fabricação de produtos alimentícios e da fabricação de álcool. O Distrito Federal, por sua vez, não contribuiu para o aumento de participação do Centro-Oeste no PIB nacional e perdeu 0,2 p.p., resultado explicado em grande medida pelas *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*.

Na Região Sudeste, única Grande Região a perder participação no período, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram redução de 0,7 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente, em relação ao PIB brasileiro. No Rio de Janeiro, o recuo foi motivado pelas *Indústrias extrativas*, devido à redução de preço na extração de petróleo e gás, enquanto em São Paulo, as maiores perdas foram em *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* e *Alojamento e alimentação*. Entre os demais Estados da Região, Minas Gerais registrou ganho de 0,2 p.p. de participação, em que se destacou a *Agropecuária*, devido ao cultivo de café, e Espírito Santo perdeu 0,1 p.p., em função da extração de petróleo e gás em *Indústrias extrativas*.

A Região Nordeste manteve sua participação de 14,2% em relação ao PIB do Brasil, porém alguns de seus Estados apresentaram oscilações. O Maranhão ganhou 0,1 p.p. e insere-se no grupo de Unidades da Federação cujo desempenho do PIB em 2020 foi favorecido pelo aumento em volume e em preço do cultivo de soja. Rio Grande do Norte e Pernambuco, por sua vez, apresentaram recuo de 0,1 p.p. e 0,2 p.p., em suas respectivas participações, o que foi explicado pelas *Indústrias extrativas*, no primeiro, e por *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, no segundo.

Na Região Sul, cuja participação manteve-se em 17,2%, verificou-se aumento relativo no Paraná de 0,1 p.p. e em Santa Catarina de 0,2 p.p., que foi compensado pela redução de 0,3 p.p. do Rio Grande do Sul. No Estado do Paraná, a maior influência veio de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* e em Santa Catarina do *Comércio e reparação de veículos automotores*

Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

e motocicletas. Enquanto isso, Rio Grande do Sul apresentou perda relativa associada à *Agropecuária*, desempenho contrário ao ocorrido nas demais Unidades da Federação, uma vez que sua produção agrícola foi influenciada por condições climáticas adversas (estiagem).

Na análise de posição relativa, em termos de participação no PIB, oito Unidades da Federação trocaram de posição entre 2019 e 2020. O Estado do Paraná avançou, da quinta para a quarta posição, trocando de posição com o Rio Grande do Sul, devido ao seu ganho relativo na *Agropecuária* nacional. O Pará, devido ao ganho relativo atrelado às *Indústrias extrativas*, avançou, da 11ª para a 10ª posição, ocupando em 2020 a colocação que até o ano anterior era de Pernambuco. Mato Grosso, que também se destacou em 2020 pelo desempenho da *Agropecuária*, avançou para a 12ª posição, ultrapassando o Estado do Ceará, que passou a se posicionar na 13ª. Mato Grosso do Sul também subiu uma posição, para a 15ª, enquanto o Amazonas caiu para a 16ª, pois o primeiro elevou sua participação no PIB, de 1,4% para 1,6%, enquanto o segundo manteve-se com 1,5%, entre 2019 e 2020.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	PIB			
	2019		2020	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,6	22ª	0,7	22ª
Acre	0,2	26ª	0,2	26ª
Amazonas	1,5	15ª	1,5	16ª
Roraima	0,2	27ª	0,2	27ª
Pará	2,4	11ª	2,8	10ª
Amapá	0,2	25ª	0,2	25ª
Tocantins	0,5	24ª	0,6	24ª
Maranhão	1,3	17ª	1,4	17ª
Piauí	0,7	21ª	0,7	21ª
Ceará	2,2	12ª	2,2	13ª
Rio Grande do Norte	1,0	18ª	0,9	18ª
Paraíba	0,9	19ª	0,9	19ª
Pernambuco	2,7	10ª	2,5	11ª
Alagoas	0,8	20ª	0,8	20ª
Sergipe	0,6	23ª	0,6	23ª
Bahia	4,0	7ª	4,0	7ª
Minas Gerais	8,8	3ª	9,0	3ª
Espírito Santo	1,9	14ª	1,8	14ª
Rio de Janeiro	10,6	2ª	9,9	2ª
São Paulo	31,8	1ª	31,2	1ª
Paraná	6,3	5ª	6,4	4ª
Santa Catarina	4,4	6ª	4,6	6ª
Rio Grande do Sul	6,5	4ª	6,2	5ª
Mato Grosso do Sul	1,4	16ª	1,6	15ª
Mato Grosso	1,9	13ª	2,3	12ª
Goiás	2,8	9ª	2,9	9ª
Distrito Federal	3,7	8ª	3,5	8ª

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise do período 2002-2020

Desempenho em volume do PIB

Na série 2002-2020, o PIB em volume do Brasil apresentou crescimento médio de 2,0% ao ano (a.a.). Mato Grosso registrou o maior destaque entre as 27 Unidades da Federação, com variação média de 4,7% a.a., seguida por Tocantins, 4,4% a.a.; Roraima, 3,9% a.a.; Piauí, 3,4% a.a.; e Rondônia, 3,3% a.a.

Para o desempenho de Mato Grosso e Tocantins, foi relevante o crescimento em volume da *Agropecuária*, e para o Estado do Tocantins também contribuíram as atividades de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Roraima, destacou-se o acréscimo em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, além do impacto de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. O Estado do Piauí apresentou avanço do volume médio vinculado à *Agropecuária*, enquanto em Rondônia, o crescimento teve maior influência das *Atividades imobiliárias e Indústrias de transformação*.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que todos os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram variações em volume do PIB superiores à média nacional no período. Na Região Nordeste, Piauí e Maranhão, apresentam as maiores variações em volume da série, ocupando, a quarta e sexta posição, respectivamente, enquanto no Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, a variação ficou abaixo da verificada no Brasil. Na Região Sudeste, o Espírito Santo aparece na maior posição, com variação média de 2,1% a.a., porém São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram desempenho inferior à média nacional de 2,0% a.a.

Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro mantiveram-se como as duas Unidades da Federação de menores variações médias na série, 1,2% a.a. e 1,1% a.a., respectivamente. No Rio Grande do Sul, o desempenho esteve atrelado às *Indústrias de transformação*, que vem apresentando variação acumulada negativa desde o ano de 2015. No Rio de Janeiro, *Indústrias de transformação* e *Construção* registraram variação negativa para o acumulado da série, e ambas atingiram seu patamar mais baixo em 2020, em termos de volume.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil 2002/2020

Varição em volume acumulada do Brasil: 42,0%

Varição em volume média ao ano do Brasil: 2,0%



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Santa Catarina

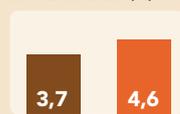
Variação em volume do PIB

49,0%
acumulada

2,2% a.a.

16ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



7ª posição relativa (2002) / 6ª posição relativa (2020)

Alagoas

Variação em volume do PIB

46,5%
acumulada

2,1% a.a.

17ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



20ª posição relativa (2002) / 20ª posição relativa (2020)

Espírito Santo

Variação em volume do PIB

46,3%
acumulada

2,1% a.a.

18ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



12ª posição relativa (2002) / 14ª posição relativa (2020)

Pernambuco

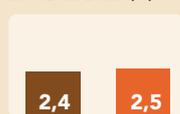
Variação em volume do PIB

43,9%
acumulada

2,0% a.a.

19ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



10ª posição relativa (2002) / 11ª posição relativa (2020)

Paraná

Variação em volume do PIB

41,1%
acumulada

1,9% a.a.

20ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



5ª posição relativa (2002) / 4ª posição relativa (2020)

Sergipe

Variação em volume do PIB

40,8%
acumulada

1,9% a.a.

21ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



21ª posição relativa (2002) / 23ª posição relativa (2020)

São Paulo

Variação em volume do PIB

39,0%
acumulada

1,8% a.a.

22ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



1ª posição relativa (2002) / 1ª posição relativa (2020)

Bahia

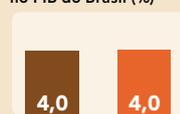
Variação em volume do PIB

36,4%
acumulada

1,7% a.a.

23ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



6ª posição relativa (2002) / 7ª posição relativa (2020)

Minas Gerais

Variação em volume do PIB

34,0%
acumulada

1,6% a.a.

24ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



3ª posição relativa (2002) / 3ª posição relativa (2020)

Rio Grande do Norte

Variação em volume do PIB

32,8%
acumulada

1,6% a.a.

25ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



18ª posição relativa (2002) / 18ª posição relativa (2020)

Rio Grande do Sul

Variação em volume do PIB

24,3%
acumulada

1,2% a.a.

26ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



4ª posição relativa (2002) / 5ª posição relativa (2020)

Rio de Janeiro

Variação em volume do PIB

21,6%
acumulada

1,1% a.a.

27ª posição relativa

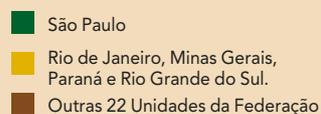
Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



2ª posição relativa (2002) / 2ª posição relativa (2020)

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: A série 2002 a 2009 refere-se à série retopolada das Contas Regionais tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010, a série é estimada.

Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série, as Regiões Centro-Oeste e Norte registraram os maiores ganhos relativos entre 2002 e 2020, com avanços de 1,8 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente. Com os resultados de 2020, os percentuais de 6,3%, para a Região Norte, e de 10,4%, para o Centro-Oeste, representaram a maior participação das respectivas Regiões desde o início da série em 2002.

As Regiões Nordeste e Sul também elevaram suas participações na série, com acréscimos de 1,1 p.p., na primeira, e 1,0 p.p., na segunda. A Região Sudeste, por sua vez, perdeu 5,5 p.p. e atingiu sua menor participação em 2020, embora ainda se mantenha como a Região de maior peso na economia nacional, com 51,9% (57,4% em 2002).

O avanço de participação da Região Norte, entre 2002 e 2020, foi explicado em grande medida pelo Estado do Pará, que apresentou o maior ganho relativo entre as 27 Unidades da Federação, com acréscimo de 1,0 p.p. em relação ao PIB nacional, desempenho justificado pelas *Indústrias extrativas*, graças à extração de minério de ferro no Estado. Cabe mencionar ainda, que os Estados de Rondônia e Tocantins também contribuíram com acréscimos de 0,2 p.p., cada um.

Na Região Centro-Oeste, destacou-se a influência de Mato Grosso, segundo maior acréscimo de participação entre os entes federativos, em função da *Agropecuária*. Também no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul elevou sua participação em 0,5 p.p. e Goiás, em 0,3 p.p., enquanto o Distrito Federal apresentou redução de 0,1 p.p.

Na Região Nordeste, Maranhão e Ceará registraram acréscimo de 0,3 p.p., cada, Piauí avançou 0,2 p.p. e Pernambuco 0,1 p.p., em relação ao PIB nacional. Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia mantiveram suas participações, entre 2002 e 2020, ainda que tenham apresentado oscilações durante a série, e no Sergipe houve redução de 0,1 p.p.

Na Região Sul, Santa Catarina foi o maior destaque, com acréscimo de 0,9 p.p., entre 2002 e 2020, devido às atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Indústrias de transformação*. Entre os demais Estados da Região, o Paraná apresentou aumento de 0,5 p.p., enquanto o Rio Grande do Sul recuou em 0,4 p.p.

A redução expressiva de participação verificada na Região Sudeste vinculou-se aos resultados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo as duas Unidades da Federação com maior perda de participação, inclusive no âmbito nacional, com reduções de 3,7 p.p. e 2,5 p.p., respectivamente. Em São Paulo, houve redução relativa principalmente nas atividades de *Indústrias de transformação*, *Agropecuária*, *Construção e Alojamento e alimentação*. Rio de Janeiro reduziu sua participação sobretudo nas *Indústrias extrativas*, *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* e *Construção*. Minas Gerais teve resultado de participação que destoou da Região Sudeste e avançou 0,7 p.p., motivado pela extração de minério de ferro em *Indústrias extrativas*. Por fim, Espírito Santo manteve participação de 1,8%, em 2020, na comparação com o início da série em 2002.

PIB per capita²

O PIB *per capita* do Brasil, em 2020, foi R\$ 35 935,74 e apresentou um aumento de 2,2% em valor em relação a 2019 (R\$ 35 161,70). O Distrito Federal manteve-se como a Unidade da Federação com o maior PIB *per capita* brasileiro, com R\$ 87 016,16, 2,4 vezes maior que o PIB *per capita* do País. Na segunda posição aparece São Paulo, com PIB *per capita* de R\$ 51 364,73 e em seguida, Mato Grosso, com R\$ 50 663,19.

Entre as Unidades da Federação que ocuparam o *ranking* dos 10 maiores PIB *per capita*, atesta-se a predominância daqueles localizados nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na Região Centro-Oeste, além do destaque conferido ao Distrito Federal, que apresentou o maior PIB *per capita* durante a série, verifica-se que o Estado de Mato Grosso foi o que mais avançou em posição relativa entre 2002 e 2020, saindo da 11ª para a terceira posição; e ao observar a razão de seu PIB *per capita* em relação ao PIB *per capita* do Brasil, atesta-se que o Estado elevou sua razão no período (de 0,9, para 1,4). Mato Grosso do Sul também ganhou posições e subiu, do oitavo, para o quinto lugar no *ranking*, no mesmo período. Goiás, entretanto, caiu da 10ª, em 2002, para a 11ª posição, em 2020, e manteve razão de 0,9.

Na Região Sul, Santa Catarina ocupa a posição mais alta, em termos de valor de PIB *per capita*, e aparece em quarto lugar em 2020, após ter sido ultrapassado pelo Espírito Santo em alguns anos da série. Paraná e Rio Grande do Sul, embora tenham perdido posições entre 2002 e 2020, ocuparam a sétima e a oitava posição em 2020, com razão de 1,2 e 1,1, respectivamente. Observa-se ainda que Santa Catarina, apesar de possuir participação no PIB do Brasil inferior aos outros dois Estados de sua Região, apresentou PIB *per capita* mais elevado ao longo da série, por conta da sua menor população.

Na Região Sudeste, além de São Paulo, segundo maior PIB *per capita*, Rio de Janeiro ocupa a sexta posição, Espírito Santo a nona, e Minas Gerais a décima, em 2020. Ressalta-se, entretanto, que o Estado do Rio de Janeiro esteve na terceira posição no *ranking*, entre 2002 e 2019, e em 2020 caiu três posições, sendo ultrapassado por Mato Grosso, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, devido à perda de participação de seu PIB. Destaca-se ainda que, em 2020, Minas Gerais e Espírito Santo, apresentaram PIB *per capita* inferior à média nacional, ambos com razão de 0,9.

Na Região Norte, Rondônia registrou a maior posição (12ª), com razão de PIB *per capita* de 0,8 em 2020. Amazonas e Tocantins, em 13ª e 14ª, respectivamente, também apresentaram razão de 0,8. Entretanto, Rondônia e Tocantins subiram posições e elevaram sua razão ao longo da série, enquanto no Amazonas observou-se movimento contrário, visto que o Estado caiu, da nona posição para a 13ª, e teve sua razão reduzida, de 0,9 para 0,8, entre 2002 e 2020. Ainda na Região Norte, em Roraima, Amapá e Acre houve recuo de posições e redução de suas razões; enquanto o Pará subiu seis posições, do 22º

² Considerou-se a população residente estimada para 1º de julho 2020, segundo as Unidades da Federação, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

para o 16º lugar, e elevou sua razão, de 0,5 para 0,7, entre 2002 e 2020.

Na Região Nordeste, Bahia apresentou o maior PIB *per capita*, com valor de R\$ 20 449,29 em 2020, ocupando a 18ª colocação

no ranking nacional e com razão de 0,6. Em seguida, aparecem Rio Grande do Norte e Pernambuco, também com razão de 0,6, cada, enquanto no Sergipe (21ª posição), Alagoas (22ª), Ceará (24ª), Paraíba (25ª) e

Piauí (26ª) a razão foi de 0,5, cada. O Estado do Maranhão, com participação no PIB do Brasil, em 2020, de 1,4% e na população de 3,4%, apareceu na última posição, com PIB *per capita* de R\$ 15 027,69 e razão de 0,4.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

■ 2020 ■ 2002

Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil	Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa			Valor corrente (R\$)	Posição relativa	
Distrito Federal	87 016,16	1ª	2,4	Tocantins	27 448,43	14ª	0,8
	24 721,18	1ª	2,9		4 344,12	21ª	0,5
São Paulo	51 364,73	2ª	1,4	Roraima	25 387,77	15ª	0,7
	13 443,91	2ª	1,6	6 736,70	12ª	0,8	
Mato Grosso	50 663,19	3ª	1,4	Pará	24 846,62	16ª	0,7
	7 265,37	11ª	0,9	4 043,64	22ª	0,5	
Santa Catarina	48 159,24	4ª	1,3	Amapá	21 431,53	17ª	0,6
	9 745,87	4ª	1,2	5 977,03	14ª	0,7	
Mato Grosso do Sul	43 649,17	5ª	1,2	Bahia	20 449,29	18ª	0,6
	7 599,05	8ª	0,9	4 388,28	20ª	0,5	
Rio de Janeiro	43 407,55	6ª	1,2	Rio Grande do Norte	20 252,90	19ª	0,6
	12 414,77	3ª	1,5	4 709,83	18ª	0,6	
Paraná	42 366,71	7ª	1,2	Pernambuco	20 101,38	20ª	0,6
	8 927,46	6ª	1,1	4 426,56	19ª	0,5	
Rio Grande do Sul	41 227,61	8ª	1,1	Sergipe	19 583,07	21ª	0,5
	9 423,79	5ª	1,1	5 529,80	15ª	0,7	
BRASIL	35 935,74		1,0	Alagoas	18 857,69	22ª	0,5
	8 440,27		1,0	3 962,88	23ª	0,5	
Espírito Santo	34 065,98	9ª	0,9	Acre	18 420,26	23ª	0,5
	8 348,80	7ª	1,0	4 876,17	17ª	0,6	
Minas Gerais	32 066,73	10ª	0,9	Ceará	18 168,35	24ª	0,5
	6 703,46	13ª	0,8	3 712,24	24ª	0,4	
Goiás	31 506,97	11ª	0,9	Paraíba	17 402,13	25ª	0,5
	7 307,95	10ª	0,9	3 627,98	25ª	0,4	
Rondônia	28 722,45	12ª	0,8	Piauí	17 184,70	26ª	0,5
	5 147,41	16ª	0,6	2 440,70	27ª	0,3	
Amazonas	27 572,96	13ª	0,8	Maranhão	15 027,69	27ª	0,4
	7 353,15	9ª	0,9	2 718,05	26ª	0,3	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na comparação do desempenho das Unidades da Federação, é preciso destacar que a Região Nordeste apresenta participações na população relativamente mais altas que suas participações no PIB. Nesse sentido, devido à concentração populacional, Estados de maior participação no PIB, como Pernambuco, Bahia e Ceará, registraram valores de PIB *per capita* inferiores aos de Estados com PIB menor, como Rondônia, Roraima e Amapá.

Na análise da distribuição regional do PIB e população entre as Grandes Regiões, percebe-se que a Região Sudeste, apesar de concentrar mais de 40% da população brasileira, registra PIB *per capita* relativamente alto, pois seu peso no PIB nacional (51,9% em 2020) é maior do que o peso na população total. Além disso, verifica-se que a Região Nordeste concentra quase o dobro da população brasileira,

quando comparada à Região Sul, relação que não se mantém quando se observa a participação no PIB do País. Por sua vez, as Regiões Centro-Oeste e Norte, mantiveram-se como as de menor participação na população e no PIB, ainda que tenham avançado nos dois quesitos entre 2002 e 2020.

De maneira geral, o ganho ou perda de participação no PIB explica as alterações da razão: no Sudeste, a redução da razão entre 2002 e 2020 relaciona-se às perdas de participação de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto, no Centro-Oeste, houve aumento ao longo da série, devido aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Região Sul, entretanto, elevou sua razão combinando aumento de participação no PIB e redução de participação na população.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença absoluta das participações na população do Brasil 2002/2020	Diferença absoluta das participações no PIB do Brasil 2002/2020	Diferença absoluta das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2020
	2002	2020	2002	2020	2002	2020			
Norte	4,7	6,3	7,8	8,8	0,60	0,71	1,0	1,6	0,11
Nordeste	13,1	14,2	27,9	27,1	0,47	0,52	-0,8	1,1	0,05
Sudeste	57,4	51,9	42,6	42,0	1,35	1,24	-0,6	-5,5	-0,11
Sul	16,2	17,2	14,7	14,3	1,10	1,21	-0,4	1,0	0,11
Centro-Oeste	8,6	10,4	7,0	7,8	1,24	1,33	0,8	1,8	0,09
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,9	5,7	6,4	0,87	1,09	0,7	1,9	0,22

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

Na série com referência em 2010, o SCR passou a incorporar a estimativa do PIB pela ótica da renda, permitindo observar a distribuição da renda gerada no processo produtivo entre os fatores de produção utilizados em cada Unidade da Federação. Na série estimada (2010-2020), a remuneração dos empregados em 2020 atingiu sua segunda menor participação no PIB (42,0%), ficando atrás somente de 2010 (41,6%). Entre 2019 e 2020, o rendimento dos empregados reduziu 1,5 p.p. sua participação no PIB. No período, somente o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto elevou sua participação no PIB, 2,4 p.p., visto que os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação recuaram 0,7 p.p.

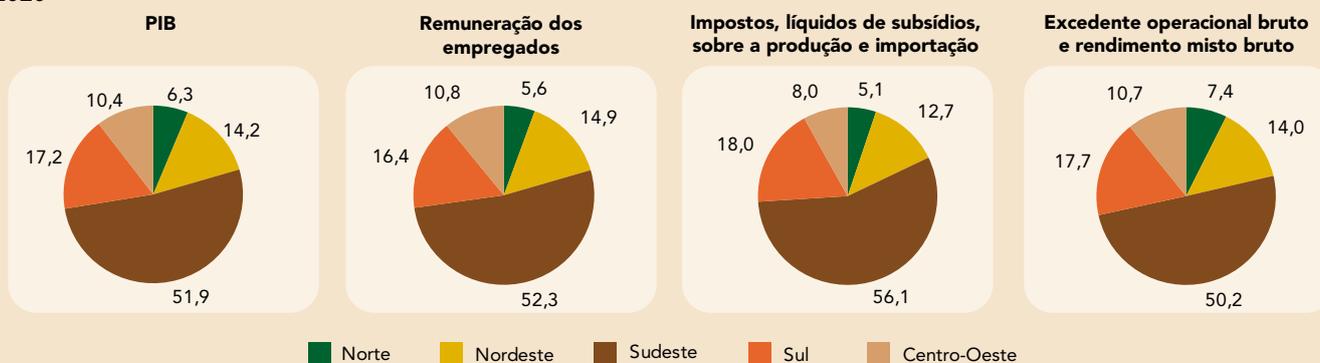
Em 2020, o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto alcançou sua maior participação na série (43,6%), justificado em parte pela redução da remuneração dos empregados em

2020, pois no âmbito nacional é possível notar que as ocupações com vínculos formais recuaram 1,6%, enquanto as ocupações sem carteira recuaram 17,5%; e ainda pela elevação de preços de diversas *commodities* da pauta de exportação do País (minério de ferro, soja e café).

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Nordeste, Sul e Sudeste foram as que mais contribuíram para a perda da participação das remunerações dos empregados no âmbito nacional, tendo apresentado variações nominais, respectivamente, de -2,7%, -1,4% e -0,9%, inferiores a observada na média nacional (-0,8%). Para o componente excedente mais rendimento misto, foram as Regiões Norte e Centro-Oeste quem mais contribuíram para seu ganho de participação, com variações nominais de 24,0% e 18,1%, respectivamente, enquanto a variação média foi de 8,8%.

Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%)

2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na Região Centro-Oeste, a remuneração dos empregados perdeu participação em relação ao total de seu PIB (de 46,7%, em 2019, para 43,8%, em 2020) e, pela primeira vez na série, deixou de ser o componente de maior participação na Região, influenciado diretamente pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás que, além da redução relativa da remuneração dos empregados em virtude da pandemia COVID-19, beneficiaram-se com safras recordes associadas ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas, em 2020.

Ao observar a participação da remuneração dos empregados de cada Grande Região no PIB do Brasil entre 2019 e 2020, somente a Região Norte manteve sua participação (2,3%), muito em função do peso destacado que a atividade *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* possui na Região (quase 25%). Observa-se ainda que no Brasil, essa atividade foi a única em que a remuneração dos empregados avançou na participação do PIB brasileiro no período.

Na comparação regional da distribuição do PIB entre os componentes da renda, as Regiões Norte e Nordeste detêm nove Unidades da Federação dentre as 10 com as maiores participações da remuneração dos empregados em seus PIBs. Entre aqueles com mais de

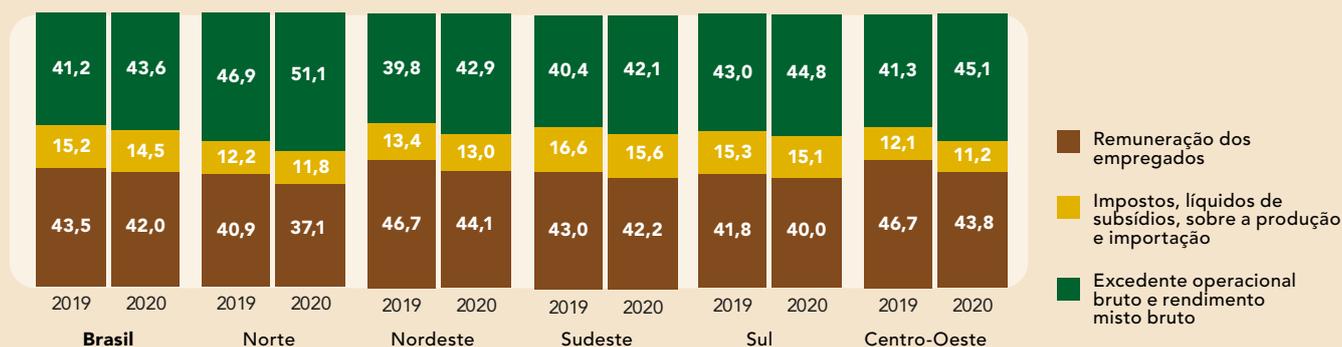
50% de seus respectivos PIBs voltados para a remuneração dos empregados, estão três da Região Norte e um da Centro-Oeste: Acre, Roraima, Amapá e Distrito Federal, o que se vincula à elevada participação da atividade de *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* nessas Unidades da Federação.

Em 2019, o excedente operacional mais rendimento misto bruto foi o componente de maior participação do PIB em 10 Unidades da Federação: Amazonas, Pará, Tocantins, Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Em 2020, mais cinco Unidades da Federação passaram a ter esse componente como o de maior participação: Rondônia, Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina.

A distribuição do excedente operacional mais rendimento misto bruto entre as Grandes Regiões segue no mesmo patamar da participação verificada no PIB do Brasil. As exceções ficaram com o Norte e o Sudeste, pois na primeira Região a participação desse componente no total brasileiro foi de 7,4%, ao passo que no PIB nacional foi de 6,3%, enquanto a segunda Região participou com 50,2% no total desse componente e com 51,9% do PIB do Brasil, em 2020.

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%)

2019-2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Por Unidade da Federação, em 2020, observou-se que em 14 a participação do excedente operacional mais rendimento misto bruto no total brasileiro superou as participações alcançadas no PIB nacional e, ao mesmo tempo, foram maiores que as participações da remuneração dos empregados no Brasil: Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Nas remunerações dos em-

pregados, em 12 verificou-se participações maiores que a alcançada no PIB do Brasil: Acre, Roraima, Amapá, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Por fim, nos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, em apenas cinco Unidades da Federação a participação superou a alcançada no PIB do País: Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%) 2020

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos e subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	42,0	14,5	43,6
Rondônia	0,6	0,5	0,8	40,1	11,3	48,6
Acre	0,3	0,2	0,2	52,0	10,5	37,5
Amazonas	1,3	2,0	1,6	36,8	18,6	44,6
Roraima	0,3	0,1	0,2	52,3	9,9	37,8
Pará	2,2	1,8	3,8	32,3	9,2	58,6
Amapá	0,3	0,1	0,2	54,0	7,4	38,7
Tocantins	0,6	0,4	0,7	40,2	10,2	49,6
Maranhão	1,4	1,2	1,5	41,8	12,2	46,0
Piauí	0,8	0,6	0,7	46,8	10,9	42,3
Ceará	2,4	2,0	2,0	46,7	13,3	40,0
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,9	47,2	11,7	41,1
Paraíba	1,1	0,8	0,8	48,2	11,9	39,8
Pernambuco	2,7	2,8	2,3	44,7	15,8	39,5
Alagoas	0,8	0,6	0,9	40,8	10,2	49,0
Sergipe	0,7	0,5	0,6	47,3	11,2	41,5
Bahia	3,9	3,6	4,2	41,2	13,1	45,7
Minas Gerais	8,9	8,2	9,3	41,6	13,2	45,3
Espírito Santo	1,7	2,3	1,8	38,3	18,1	43,6
Rio de Janeiro	10,3	9,8	9,5	43,8	14,3	41,9
São Paulo	31,4	35,9	29,6	42,1	16,6	41,2
Paraná	6,0	6,1	6,9	39,3	13,8	46,9
Santa Catarina	4,4	5,8	4,3	40,4	18,4	41,3
Rio Grande do Sul	6,0	6,0	6,4	40,5	14,1	45,4
Mato Grosso do Sul	1,4	1,3	1,9	36,1	11,3	52,6
Mato Grosso	1,8	1,9	3,1	31,4	11,5	57,1
Goiás	2,8	2,4	3,3	39,6	11,9	48,5
Distrito Federal	4,9	2,5	2,5	59,1	10,3	30,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Freepik

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>